



www.LeisMunicipais.com.br

## LEI Nº 1674, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015

### **DEFINE, NO MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES, AS OBRIGAÇÕES DE PEQUENO VALOR, NOS TERMOS DO ART. 100, § 3º E § 4º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A Câmara Municipal de Quatro Pontes, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito sanciono a seguinte Lei.

**Art. 1º** Os débitos de pequeno valor contra a Fazenda Pública Municipal de Quatro Pontes, administração direta, resultantes de execuções definitivas de sentenças judiciais, dispensarão a expedição de precatório.

**Art. 2º** Fica definido, no âmbito da administração direta do Município de Quatro Pontes, o valor igual ao do maior benefício pago pelo Regime Geral de Previdência Social como obrigação de pequeno valor, a que alude o § 3º do artigo 100 da Constituição Federal.

§ 1º Considera-se obrigação de pequeno valor o montante devido a cada beneficiário, em processo judicial com vários credores, desde que o crédito individual se limite ao valor definido no caput deste artigo, ainda que o total homologado no processo seja superior ao estipulado como débito de pequeno valor.

§ 2º Excetuado o caso previsto no parágrafo primeiro deste artigo e excetuada a previsão legal do art. 23 da Lei Federal nº 8.906/1994, reconhecida em juízo, é vedado o fracionamento, a repartição, a quebra do valor da execução e a expedição de precatório complementar ou suplementar para que seu pagamento se faça em parte na forma de requisição de pequeno valor - RPV e, em parte, mediante expedição de precatório.

§ 3º Observado o disposto este artigo, para fins de requerimento, é lícita a atribuição da qualidade de beneficiário aos advogados, cartórios cíveis e peritos, dentre outro, no que tange aos honorários sucumbenciais, custas e despesas processuais ou ainda honorários periciais, conforme o caso.

**Art. 3º** Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido no artigo 2º desta lei, o pagamento será sempre por meio de precatório, sendo facultado ao credor renunciar expressamente ao crédito excedente e optar pelo pagamento do saldo mediante requisição de pequeno valor - RPV.

**Art. 4º** O pagamento ao titular do crédito considerado como obrigação de pequeno valor será realizado no Juízo da execução, a requerimento do credor, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado do recebimento do requerimento pela Procuradoria Jurídica do Município.

Parágrafo único. A Procuradoria Jurídica do Município fará a remessa à Secretaria de Finanças ou à entidade devedora para que efetue o pagamento no prazo previsto nesta lei, instruído com os seguintes documentos:

I - fotocópia da sentença e de todos os acórdãos existentes no processo;

II - fotocópia da certidão de trânsito em julgado da demanda;

III - caso exista execução de sentença, a fotocópia do cálculo homologado em juízo e das decisões judiciais eventualmente existentes em tal fase processual, assim como sua certidão de trânsito em julgado;

IV - caso não exista execução de sentença, planilha de cálculo elaborada pelo interessado, que demonstre a liquidez da obrigação e a observância do limite legal.

V - mandato específico ou cópia do mandato outorgado para o ajuizamento da ação judicial, no caso de pedido realizado por procurador.

**Art. 5º** Esta lei se aplica às execuções judiciais e aos processos de conhecimento que ainda não transitaram em julgado, nos quais o Município de Quatro Pontes é réu.

**Art. 6º** As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta das dotações do Orçamento Geral do Município.

**Art. 7º** Os débitos de natureza alimentícia cujos titulares tenham 60 (sessenta) anos de idade ou mais na data de expedição do precatório, ou sejam portadores de doença grave, definidos na forma de lei federal, serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos inscritos em precatório, até o valor equivalente ao triplo do fixado caput do art. 2º desta lei, admitido o fracionamento para essa finalidade, sendo que o restante será pago na ordem cronológica de apresentação do precatório.

**Art. 8º** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Quatro Pontes, Estado do Paraná, 15 de setembro de 2015.

PAULO CESAR FEYH  
PREFEITO

CLEONICE MARIA KASPER ZANETTE  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

*Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.*

*Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 18/09/2015*